

GÓIS, CORIOLANO DE

*ch. pol. DF 1926-1930; min. STM 1930; rev. 1932; dir.-ger. DFSP 1944-1945.

Coriolano de Araújo Góis Filho nasceu em Salvador no dia 29 de janeiro de 1896, filho do engenheiro Coriolano de Araújo Góis e de Alzira de Araújo Góis. Seu irmão, Hildebrando de Araújo Góis, foi prefeito do Distrito Federal no biênio 1946-1947 e deputado federal pela Bahia entre 1955 e 1963.

Depois de passar parte da infância em Guaratinguetá (SP), sempre acompanhando sua família, foi morar no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde cursou o secundário no Colégio São Bento e bacharelou-se pela Faculdade Nacional de Direito em 1916. Nos dez anos seguintes, exerceu as funções de delegado de polícia nas cidades paulistas de Iguape, Casa Branca, Santa Rita de Passa Quatro, Ituverava, Penápolis, São Roque, Jacareí, Santa Cruz do Rio Pardo, Jabuticabal e Bauru, além de ocupar o cargo de delegado regional de Santos.

Retornou ao Rio de Janeiro em abril de 1926, quando foi nomeado pelo presidente Artur Bernardes (1922-1926) terceiro delegado-auxiliar do Distrito Federal. Depois da posse de Washington Luís na presidência da República (15/11/1926), assumiu a chefia de polícia da capital, posição que lhe permitiu manter estreita ligação com o presidente durante os anos seguintes. A partir de 1929, exerceu severa vigilância sobre as atividades da Aliança Liberal, coligação oposicionista que lançou a chapa Getúlio Vargas-João Pessoa para as eleições presidenciais de março de 1930. Dessa forma, acompanhou de perto a evolução das articulações oposicionistas, especialmente as desenvolvidas pelos setores mais radicais, que pregavam a via armada para a tomada do poder. Sua vigilância sobre os movimentos dessas correntes levou à apreensão de grande quantidade de armas importadas da Tchecoslováquia e à descoberta, em fevereiro de 1930, de um plano de fuga dos oficiais detidos na fortaleza de Santa Cruz, no Rio, acusados de participação nos levantes tenentistas ocorridos na década de 1920. Apesar de ter levado esse plano ao conhecimento do presidente e do ministro da Guerra, general Nestor Sezefredo dos Passos, os prisioneiros conseguiram fugir na noite de 28 de fevereiro, encontrando-se entre eles o então capitão Juarez Távora, futuro chefe da Revolução de 1930 no Nordeste.

Com a vitória do candidato conservador Júlio Prestes nas eleições presidenciais de março e

com o assassinato de João Pessoa em julho, a conspiração revolucionária ganhou novos adeptos. Na ocasião em que o corpo do líder aliancista chegou ao Rio, Coriolano de Góis dobrou a guarda do palácio do Catete, sede do governo, e, pouco depois, escreveu um relatório propondo ao presidente a adoção de importantes medidas voltadas para reprimir as articulações oposicionistas. Entre elas figuravam a decretação do estado de sítio, do qual elegeria o executor no Distrito Federal; a intervenção federal no Rio Grande do Sul, Minas e Paraíba, estados-chave na conspiração revolucionária em curso; a remessa de artilharia pesada para o 12º Regimento de Infantaria, sediado em Belo Horizonte, e o envio de dois torpedeiros para o Rio Grande Sul, do encouraçado *Minas Gerais* para Recife e do *São Paulo* para Salvador.

Washington Luís não concordou com a maioria dessas sugestões, aceitando apenas aumentar a concentração das forças federais em Porto Alegre, ordenar o deslocamento de dois navios de guerra para o Sul e enviar três grupos de artilharia pesada para Belo Horizonte. Diante da aparente desarticulação que tais medidas provocaram entre os aliancistas, Coriolano de Góis sugeriu ao presidente que tomasse a iniciativa de promover a pacificação geral do país e o esfriamento dos ânimos. Discordando novamente da opinião de seu auxiliar, Washington Luís afirmou que ele era um ótimo chefe de polícia, mas um mau político.

Coriolano de Góis permaneceu na chefia de polícia do Distrito Federal até 14 de agosto de 1930, quando foi nomeado ministro do Supremo — hoje Superior — Tribunal Militar (STM). Em 3 de outubro, eclodiu no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba o levante patrocinado pela Aliança Liberal, vitorioso depois de 21 dias de luta, quando altos chefes militares depuseram Washington Luís e formaram uma junta governativa. Pouco depois, a junta anulou o decreto de nomeação de Coriolano de Góis para o STM.

Depois de permanecer exilado em Paris até meados de 1931, Coriolano radicou-se em São Paulo, onde ingressou no Partido Republicano Paulista (PRP), que, depois da Revolução de 1930, perdera sua posição hegemônica na política estadual e nacional. Foi um dos signatários do manifesto perrepista datado de 19 de janeiro de 1932, que fazia uma análise crítica da atuação do governo provisório chefiado por Getúlio Vargas, acusado de ditatorial, e pedia, entre outras medidas, a volta a um regime constitucional, republicano e federativo que garantisse a vigência de amplas liberdades individuais.

Com a deflagração da Revolução Constitucionalista de São Paulo em julho de 1932, Coriolano integrou-se ao estado-maior do destacamento comandado pelo coronel Euclides de Figueiredo, que atuou no vale do Paraíba. A luta durou até 2 de outubro, quando foi assinado o armistício que selou a derrota das forças paulistas frente às tropas do governo federal. Nos anos seguintes, Coriolano passou a trabalhar em uma firma de exportação de café, propriedade de seu amigo Andrea Matarazzo.

O apoio do PRP ao golpe de Estado que em 10 de novembro de 1937 implantou o Estado Novo propiciou o retorno de Coriolano a importantes cargos públicos, dos quais estava afastado desde 1930. Nomeado escrivão do 1º Ofício da 6ª Pretoria Civil do Distrito Federal em 1938, tornou-se no ano seguinte diretor-geral do Departamento das Municipalidades e, depois, secretário da Fazenda do governo paulista chefiado pelo interventor Ademar de Barros. Entre 9 e 22 de novembro de 1939, durante o curto governo de José de Moura Resende, assumiu interinamente a chefia da Secretaria de Justiça e Negócios do Interior de São Paulo. Em 1940 deixou a Secretaria da Fazenda, mas a ela retornou em julho do ano seguinte, quando Fernando Costa assumiu a interventoria paulista. Em 1943, foi deslocado para a chefia da Secretaria de Segurança Pública, de onde pediu exoneração em novembro do mesmo ano.

Em 1º de janeiro de 1943 foi criada a Sociedade Amigos da América, agrupando pessoas de diversas tendências políticas — inclusive comunistas — com o objetivo de pleitear a participação de forças brasileiras ao lado dos Aliados na Segunda Guerra Mundial e o retorno do país ao regime democrático. A vigilância policial exercida sobre a entidade, presidida pelo general Manuel Rabelo, gerou um clima de tensão que foi responsável pela renúncia, em setembro de 1943, do chefe de polícia do Distrito Federal, coronel Alcides Etchegoyen, substituído pelo tenente-coronel Néelson de Melo. O novo titular também pediu demissão em julho de 1944, e nesse momento o presidente Getúlio Vargas nomeou Coriolano de Góis para a chefia do órgão, recém-transformado em Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP). A decisão foi duramente criticada por seus correligionários em virtude do passado contrarrevolucionário do antigo chefe de polícia do governo de Washington Luís.

Um grave incidente envolvendo a Sociedade Amigos da América e a polícia marcou o início da atuação de Coriolano de Góis no DFSP. No dia 10 de agosto de 1944, véspera da

posse de Osvaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, na vice-presidência da entidade, sua sede foi fechada pela polícia que, no dia seguinte, invadiu também o prédio do Automóvel Clube no momento em que o ministro ali almoçava em companhia de outros membros da organização. Indignado com as violências praticadas e sentindo-se desprestigiado, Osvaldo Aranha pediu demissão do ministério em caráter irrevogável e rompeu relações com Vargas. O episódio, cuja divulgação foi censurada na imprensa brasileira, teve grande repercussão no exterior.

Em 8 de março de 1945, Coriolano foi substituído por João Alberto Lins de Barros e nomeado diretor da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (Cexim), onde permaneceu até a derrubada do Estado Novo, em 29 de outubro de 1945.

Por decreto de 18 de julho de 1950, foi considerado em disponibilidade remunerada do STM, contando o tempo de serviço desde novembro de 1930 até abril de 1951, quando se aposentou. No ano seguinte foi convidado pelo presidente Getúlio Vargas — que, eleito por voto direto, voltara ao poder em 31 de janeiro de 1951 — para presidir o Conselho Federal do Comércio Exterior e a Cexim, onde permaneceu até meados de 1953, quando assumiu a direção da Carteira de Crédito Geral do Banco do Brasil. Nessa ocasião, divulgou um longo comunicado respondendo às acusações do deputado Herbert Levy, segundo o qual sua atuação à frente da Cexim havia desequilibrado a balança comercial do país. A crise resultante dessas denúncias levou, no fim do ano, ao fechamento da Cexim, cujas atribuições passariam posteriormente a um novo órgão, a Carteira de Comércio Exterior (Cacex).

Com o suicídio de Getúlio Vargas em 24 de agosto de 1954, Coriolano de Góis recolheu-se à vida privada. Faleceu em São Paulo no dia 30 de novembro de 1967.

Casou-se com Maria Aparecida Rodrigues Alves, sobrinha do ex-presidente da República Rodrigues Alves.

Foi autor de diversos relatórios de administração policial e discursos.

Amélia Coutinho

FONTES: ARAÚJO, A. *Chefes*; CORRESP. SUP. TRIB. MILITAR; FIGUEIREDO, E. *Contribuição*; GUERRA FILHO, R. *Ministério*; *Jornal do Brasil* (4/10/1953, 31/12/1967);

Personalidades; Quem é quem no Brasil; SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1933; SILVA, H. 1935.